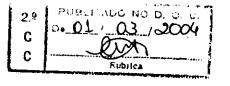


Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes



2º CC-MF Fl.

Processo nº : 13886.000459/00-38

Recurso nº : 122.309 Acórdão nº : 201-77.241

Recorrente : SAMAM – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE AMERICANA

S/C LTDA.

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PRAZOS.

INTEMPESTIVIDADE. RECURSO FORA DE PRAZO.

Não se toma conhecimento de recurso interposto fora do prazo de trinta dias previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SAMAM – SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE AMERICANA S/C LTDA.

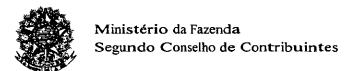
ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2003.

Josefa Maria Coelho Marques.

Presidente e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Serafim Fernandes Corrêa, Sérgio Gomes Velloso, Adriana Gomes Rêgo Galvão, Hélio José Bernz e Rogério Gustavo Dreyer.



Processo n° : 13886.000459/00-38

Recurso n^{0} : 122.309 Acórdão n^{0} : 201-77.241

Recorrente : SAMAM - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE AMERICANA

S/C LTDA.

RELATÓRIO

Por bem descrever os fatos em exame no presente processo, leio e adoto o relatório que compõe a decisão recorrida (fls. 146/147):

"A empresa qualificada acima recebeu duas autuações, uma em virtude da apuração de falta no recolhimento devido da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) incidentes sobre o período de apuração 01/01/1997 a 31/12/1997, conforme o Auto de Infração contendo descrição dos fatos e enquadramento legal, de fls. 03 a 05, cujos demonstrativos de apuração do PIS, multa e juros, às fls. 06 a 08, indicam a constituição do crédito tributário no montante de R\$ 12.182,93, sendo R\$ 4.990,41 de contribuição, R\$3.449,76 de juros de mora calculados até 31/07/2000 e R\$ 3.742,76 de multa proporcional passível de redução."

A outra autuação, refere-se à falta no recolhimento devido da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os períodos de apuração de 01/04/1997 a 31/12/1997 e 01/01/1999 a 30/06/2000, conforme o Auto de Infração contendo descrição dos fatos e enquadramento legal, de fls. 09 a 12, cujos demonstrativos de apuração da Cofins, multa e juros, às fls. 13 a 17, indicam a constituição do crédito tributário no montante de R\$ 124.462,33, sendo R\$ 63.446,19 de contribuição, R\$ 13.431,59 de juros de mora calculados até 31/07/2000 e R\$47.584,55 de multa proporcional passível de redução.

Verifica-se das descrições dos fatos nos autos de infração que as razões da autuante foram basicamente declaração de valores a pagar em DIRPJ acima do efetivamente recolhido para o PIS e para a Cofins e compensação indevida de indébito de PIS com débitos da Cofins por falta de previsão legal e tutela judicial.

Devidamente cientificada dos Iançamentos em 30/08/2000, conforme declaração firmada nos próprios autos de infração às fl. 03 e 09, a interessada apresentou a impugnação às fls. 119 a 125, com os documentos de fls. 126 a 134, alegando, em síntese, o seguinte:

A autoridade fiscal houve por bem lavrar o auto de infração sem levar em conta que a base de cálculo da exação é o imposto de renda devido no sexto mês anterior ao recolhimento e não o mês imediatamente anterior;

Do reconhecimento de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445 e nº 2.449, ambos de 1988, resultou incólume a vigência da legislação pretérita atinente à matéria, i.e., Leis Complementares nº 7, de 1970 e nº 17, de 1973, que dispunham acerca da semestralidade das contribuições para o PIS;

Dessa forma o valor recolhido pela recorrente foi superior ao considerado, daí concluise que a recorrente é, em verdade, credora da Secretaria da Receita Federal, motivo pelo qual realizou compensações de seu crédito já levando em consideração o período em que eventualmente pudesse haver saldo positivo em favor da Receita em épocas de maior estabilidade;

Defendeu o seu direito de compensação entre quaisquer tributos, com base no art. 66 da Lei nº 9.430, de 1996, sem as restrições impostas pelas Instruções Normativas nº 67, de 1992 e posteriormente a de nº 21, de 1997.

Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF

Processo nº

: 13886.000459/00-38

Recurso nº

: 122.309 : 201-77.241

Requer, assim, que seja tornado insubsistente os autos de infração e imposição de multa em questão ou, sobrestar o seu andamento até que se opere o trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado."

Os membros da 4ª Turma de Julgamento da Delegacia de Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto - SP (Acórdão nº 2.048, de 5 de setembro de 2002), por unanimidade de votos, julgaram procedente o lançamento, resumindo seus entendimentos nos termos da ementa de fl. 144, que se transcreve:

"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Período de apuração: 01/01/1997 a 31/12/1997

Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.

A falta ou insuficiência de recolhimento do PIS, apurada em procedimento fiscal, enseja o lançamento de oficio com os devidos acréscimos legais.

PIS. BASE DE CÁLCULO.

A base de cálculo da contribuição para o PIS é o faturamento do próprio período de apuração e não o do sexto mês a ele anterior.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 01/04/1997 a 31/12/1997, 01/01/1999 a 30/06/2000

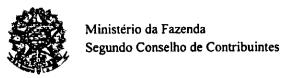
Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.

A falta ou insuficiência de recolhimento da Cofins, apurada em procedimento fiscal, enseja o lançamento de oficio com os devidos acréscimos legais.

Lançamento Procedente".

Insurgindo-se contra a decisão prolatada, a recorrente apresenta recurso voluntário às fls. 165/170, reafirmando os pontos expendidos na peça impugnatória.

É o relatório.



Processo nº

: 13886.000459/00-38

Recurso nº Acórdão nº

: 122.309 : 201-77.241

> VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Conforme Aviso de Recebimento - AR de fl. 164, a contribuinte foi intimada da decisão de 1^a instância em **26 de setembro de 2002, quinta-feira**. O prazo para interposição do recurso está previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72, a seguir transcrito:

"Art. 33 - Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão."

O prazo para recurso, de acordo com o que dispõe o artigo acima citado, venceu em 28 de outubro de 2002, quinta-feira, no entanto, a interessada apresentou seu recurso, fls. 165/170, em 05 de novembro de 2002.

Sendo o recurso extemporâneo, voto no sentido de não conhecê-lo.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2003.

fosefa Maria Illarques: JOSEFA MARIA COELHO MARQUES